

Projeto de Resolução n.º 1350/XIV/2.º

Recomenda ao Governo que identifique e corrija os problemas causados pelo encerramento dos Balcões “Nascer Cidadão”

Exposição de Motivos

O PAN questionou no dia 1 de junho de 2021 os Ministérios da Justiça¹ e da Saúde² relativamente ao registo de crianças e à reabertura dos Balcões “Nascer Cidadão” nas maternidades. Entretanto, foi tornado público que os dados do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge do teste do pezinho indicam que, nos primeiros três meses do ano, se registou uma descida de nascimentos (18.226), o valor mais baixo desde 2015. Mas estes dados não correspondem aos dados do Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), facto constatado pela equipa pediátrica do CHUA ao comparar os dados oficiais com o número de partos realizados no Hospital de Faro.

A pista foi seguida até se perceber que vários bebés não fizeram o teste do pezinho nem a vacina da BCG nos centros de saúde. Por outro lado, uma fonte do Hospital de Faro alerta que, para além da "fuga" ao teste do pezinho, não existe qualquer registo das crianças nascidas durante o período mais crítico da pandemia.

São bebés indocumentados, aos quais se perdeu o rasto e, não estando registados, podem, no limite, ser alvo de tráfico ou outro tipo de crimes e violação dos direitos humanos.

A mesma fonte adiantou a um órgão de comunicação social³ que serão dezenas os casos de bebés não registados e, sobretudo, filhos de pessoas migrantes.

A presidente do Instituto dos Registos e Notariado (IRN), Filomena Rosa, considera que a situação relatada nos hospitais de Faro e Portimão é "muito grave". As crianças

¹ <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailhePerguntaRequerimento.aspx?BID=121554>

² <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailhePerguntaRequerimento.aspx?BID=121555>

³ <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/dezenas-de-bebes-sem-registo-durante-a-pandemia-e-perigoso-mesmo-a-nivel-de-trafico-13849178.html>

"não têm número de utente, não tiveram acesso a vacinas (...). Ficam quase à margem da sociedade porque ficam indocumentadas, e o direito à identidade é básico e fundamental"⁴.

Alberto Matos, dirigente da Associação Solidariedade Imigrante, acrescenta também que *"andam dezenas de crianças, para não dizer centenas, em todo o país sem estarem registadas, o que é gravíssimo, do ponto de vista de potenciar o tráfico humano e o tráfico de crianças, ainda por cima"*.

A Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto (APDMGP), já no início do mês de junho, tinha enviado um pedido formal ao Ministério da Justiça e ao Instituto de Registos e Notariado a solicitar a reabertura urgente dos Balcões Nascer Cidadão nas maternidades Portuguesas, bem como o melhoramento da opção do registo online dos bebés.

Foram vários os pedidos de ajuda que chegaram a esta Associação, relatando casos graves em que o registo dos bebés após o parto tem encontrado dificuldades. As medidas de restrição de acompanhante/visitas durante o trabalho de parto, parto e puerpério, devido à pandemia de COVID-19, trouxeram o encerramento do balcão Nascer Cidadão nas maternidades portuguesas.

De momento, a informação que está disponível publicamente é a de que os balcões Nascer Cidadão nas maternidades estão temporariamente encerrados, não havendo referência sobre quando esta situação poderá vir a ser normalizada.

Para se fazer o registo presencial na conservatória é necessário agendar previamente. No entanto, tem sido muito difícil os casais conseguirem ser atendidos via linha telefónica em vários pontos do país, de forma a agendar o registo.

É também referido no site [ePortugal](https://www.eportugal.pt) que *"as informações sobre atendimento ao público poderão estar desatualizadas"*. Esta situação, sem fim à vista, está a gerar muita dificuldade aos casais. O registo online não está também a funcionar de forma

⁴ <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/ha-balcoes-nascer-cidadao-que-podem-nao-reabrir-13849293.html>

adequada, tendo a APDMGP divulgado a impossibilidade de proceder ao registo nos seguintes casos:

- Bebés com um ou ambos os progenitores estrangeiros
- Bebés nascidos em parto domiciliar
- Bebés que serão registados por casais do mesmo sexo

As mulheres a recuperar de um parto, mesmo que este tenha ocorrido dentro dos parâmetros fisiologicamente esperados, encontram-se numa situação de vulnerabilidade física (e por vezes também emocional).

Os casos são especialmente preocupantes quando as puérperas estão a recuperar de suturas, partos clinicamente complexos ou de uma cesariana, pelo que terem de se deslocar (nas situações em que o casal não é casado) implica um desgaste físico totalmente desnecessário que acarreta, em alguns casos extremos, perigo para a saúde da mulher.

Tendo em conta o avanço do gradual desconfinamento nos mais variados serviços, espera-se que esta situação seja corrigida e fiscalizada imediatamente, com a sensibilidade e urgência que merece.

É imperativo que as entidades competentes possam agir de modo concertado no sentido de garantirem o eficiente funcionamento do serviço Nascer Cidadão nas maternidades portuguesas, e de se agilizar o melhor funcionamento do registo online, assim como rectificar o facto de inúmeros bebés nascidos em Portugal não terem sido registados, encontrando-se sem documentação nem número de utente, e sem terem feito o teste do pezinho ou a vacinação prevista.

É do interesse de todas e todos que esta situação volte à normalidade o mais rapidamente possível.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, as Deputadas e o Deputado do PAN abaixo assinados, propõem que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Garanta que seja feito o registo a todos os bebés nascidos no período em que os balcões Nascer Cidadão se encontram encerrados.
2. Garanta que todos os bebés nascidos no período em que os balcões Nascer Cidadão sejam devidamente documentados, que lhes seja atribuído nº de utente de saúde, que lhes seja feito o teste do pezinho, assim como a vacinação prevista no Programa Nacional de Vacinação.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 18 de junho de 2021

As Deputadas e o Deputado,

Bebiana Cunha

Inês de Sousa Real

Nelson Silva